



Nota de Abertura

O conceito de Desenvolvimento Rural foi proposto na II Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural, que teve lugar em Salzburgo no ano de 2003.

Pretendeu-se, então, modificar todo o sistema de produção, integrando toda a pluriatividade das populações, pondo a investigação ao seu serviço, tendo como base que os sucessos do desenvolvimento estão dependentes, por um lado do financiamento, mas por outro de mais conhecimento. Desde essa altura que este conceito faz parte integrante da Política Agrícola Comum (PAC).

Neste momento, a Comissão Europeia lança uma consulta pública de três meses sobre os programas de desenvolvimento rural executados entre 2007 e 2013. O objetivo desta consulta é obter uma visão de conjunto sobre os pontos fortes e os pontos fracos da política de desenvolvimento rural no âmbito da atual reflexão sobre a modernização e a simplificação da PAC. As respostas serão tidas em conta na elaboração das propostas legislativas da Comunicação sobre o futuro da agricultura e da alimentação.

Esta consulta reveste-se de particular importância para os Açores, Região cujo setor primário (produção agrícola, produção animal, caça, floresta e pesca) representa 8,5% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) regional, sendo, por certo, uma peça fundamental para delinear a nova PAC que entrará em vigor após 2020. Essa nova PAC, que será fundamental para o setor agropecuário açoriano, será condicionada por um novo quadro económico de uma União Europeia pós-Brexit. ♦

PROF. DOUTOR ALFREDO BORBA
COORDENADOR DO CENTRO
DE INFORMAÇÃO EUROPE DIRECT
DOS AÇORES

Estratégia europeia para o plástico

A Comissão Europeia anunciou a primeira estratégia para os plásticos, enquanto parte do processo de transição para uma economia mais circular, um conceito que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. A estratégia assenta na proteção do ambiente e dos cidadãos, bem como no fomento do crescimento e da inovação, na medida em que se pretende alterar a forma de conceção, produção, utilização e reciclagem dos bens fabricados na UE, o que trará novas oportunidades de investimento e novos postos de trabalho.

De acordo com os novos planos, até 2030, todas as embalagens de plástico no mercado da União serão recicláveis, o consumo de objetos de plástico descartáveis será reduzido e a utilização intencional de microplásticos será restringida.

Os europeus geram, anualmente, 25 milhões de toneladas de resíduos de plástico, das quais menos de 30% são recolhidas para reciclagem. Os plásticos constituem 85% do lixo encontrado nas praias de todo o mun-



do e chegam, inclusivamente, aos pulmões e à mesa de jantar dos cidadãos, sob a forma de microplásticos.

Esta estratégia contribuirá, a par de outras medidas já adotadas e em vigor, para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável para 2030 e dos objetivos do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. A longo prazo, abrem-se também perspectivas significativas para o desenvolvimento de uma indústria circular inovadora dos plásticos a nível mundial. ♦

Financiamento para promoção de produtos agrícolas europeus

Um vasto leque de organizações e organismos responsáveis por atividades de promoção agroalimentar podem candidatar-se, até 12 de abril, ao financiamento para a promoção dos produtos agrícolas europeus dentro e fora da UE. No total, estão disponíveis 169 milhões de euros para cofinanciar estes programas, que podem cobrir uma série de temas, desde campanhas gerais de sensibilização para uma alimentação saudável até setores de mercado específicos.

Dois terços do financiamento disponível destinam-se à promoção dos produtos alimentares da UE em países terceiros, como o Ca-



nadá, o Japão, a China, o México e a Colômbia. No interior da UE, o principal objetivo é informar os consumidores sobre os vários sistemas e rótulos de qualidade da UE, como as indicações geográficas e os produtos biológicos. O financiamento setorial será canalizado para programas que promovam a criação sustentável, nomeadamente de ovinos e caprinos. Foi reservado financiamento para campanhas que promovam uma alimentação saudável e o consumo de frutas e produtos hortícolas.

Mais informações através da Agência de Execução para os Consumidores, a Saúde, a Agricultura e a Alimentação (CHAFEA). ♦

Novas regras de proteção de dados

Entram em vigor a 25 de maio as novas regras de proteção de dados em toda a UE. Para facilitar a sua aplicação, a Comissão Europeia publicou orientações sobre o que a própria, as autoridades nacionais de proteção de dados e as administrações nacionais devem fazer para que tudo corra bem, nomeadamente: há um conjunto único de regras para todo o continente; as mesmas regras aplicam-se a todas as empresas que prestam serviços na UE; novos direitos e reforçados para os cidadãos; maior proteção contra violações de dados; regras severas e coimas dissuasoras.

Uma vez que os preparativos estão a avançar a ritmos diferentes nos Estados-Membros, a Comissão apela a que os governos estejam preparados e disponibiliza apoio para o efeito. ♦